



# *Prefeitura Municipal de Barueri*

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº 01  
Proc: Nº 391/05

## **MENSAGEM Nº 19/05**

*Barueri, 30 de abril de 2005.*

**Senhor Presidente:**

*Tenho a honra de remeter a V.Exa., para a apreciação dessa Egrégia Câmara, o anexo projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006 e dá outras providências.*

*Cuida-se de obrigação cometida aos Municípios pela Constituição Federal (art. 165, II), reproduzida na Lei Orgânica do Município de Barueri (art. 128, §1º, I).*

*A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade estabelecer as metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo os investimentos para o exercício financeiro subsequente, bem como orientar a lei orçamentária anual e dispor sobre alterações da legislação tributária municipal.*

*No que tange as metas e prioridades, a lei de diretrizes orçamentárias estabelece que deverá observar o Plano Plurianual relativo ao período 2006/2009, a ser oportunamente submetido à apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara, observadas as orientações constantes do artigo 4º.*

*Já quanto ao Orçamento Anual, a presente propositura fixa em seu Capítulo II as orientações a serem seguidas para a elaboração da correspondente proposta.*

*As Metas Fiscais para o triênio 2006/2009, referidas no artigo 4º, § 1º, da LRF, encontram-se expressas em Anexo próprio, integrante da LDT, com a correspondente Metodologia e Memória de Cálculo, e seus sub-anexos seguintes:*

- a) Metas Anuais;*
- b) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;*
- c) Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;*
- d) Evolução do Patrimônio Líquido;*
- e) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;*
- f) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;*
- g) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.*



# *Prefeitura Municipal de Barueri*

ESTADO DE SÃO PAULO

Fls : Nº 03  
Proc: Nº 391/05

*A disposição do artigo 10 e seus §§ viabilizam a participação popular na elaboração da proposta orçamentária, ensejando a manifestação dos administrados quanto à destinação de parcela de recursos públicos a serem aplicados em investimentos:*

*Os critérios para limitação do empenho (art. 4º, I, "b", da LRF) encontram-se fixados no art. 20 da propositura.*

*As exigências contidas nos arts. 62 e 4º, I, "f", da LRF, estão cumpridamente atendidas pelos arts. 14 e 15, do projeto de lei.*

*O art. 16 da medida ora proposta estabelece condições a serem observadas, no exercício de 2006, para a concessão de vantagens ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, de forma a ensejar rígido controle de despesa total com pessoal.*

*Por fim, o disposto no art. 17 encontra justificativa no art. 8º, da LRF.*

*Com a aprovação da presente proposição, estará o Executivo Municipal dotado do instrumento legal que norteará a elaboração do orçamento anual de 2006, em absoluta observância às normas legais que regem a matéria.*

*Em face do exposto, na esperança de que os Nobres Edis saibam acolher as razões de ordem pública que me levam a propor a presente medida, aguardo deliberação dessa Egrégia Câmara, no prazo legal.*

*Isto posto, valho-me do ensejo para reiterar a V.Exa. e a seus Nobres Pares meus protestos de apreço e distinta consideração.*

*Atenciosamente,*

  
**RUBENS FURLAN**  
**Prefeito Municipal**

**Exmo. Sr.**

**Antonio Donizete Inácio**

**DD. Presidente da Câmara Municipal de  
BARUERI/SP.**